

Donald Stewart Jr. *

O milênio feudal que se seguiu à queda do Império Romano foi um longo período durante o qual o Ocidente teve que se contentar com a mera sobrevivência. A taxa de expansão demográfica ficou estagnada; o progresso científico e tecnológico praticamente não existiu; quem viaja pela Europa se extasia com os vestígios do esplendor da civilização romana e das que a precederam ou com o que a época moderna nos legou a partir do século 14. Da Idade Média, apenas um ou outro castelo, algumas fortificações. O legado artístico é parco e inexpressivo. Inegavelmente, foi um período pobre.

É importante notar que o Império Romano havia atingido no século 2 — à época dos imperadores Antoninos — um elevado grau de divisão do trabalho e de comércio inter-regional. Suas províncias se estendiam do Golfo Pérsico ao Atlântico, do Norte do Saara ao Danúbio e ao Reno, ocupando uma área equivalente à superfície do Brasil. Inúmeros centros metropolitanos e considerável número de cidades médias e pequenas sediavam essa refinada civilização e eram abastecidos com produtos agrícolas e matérias-primas provindos não apenas dos distritos rurais mais próximos, mas também de províncias distantes. As várias partes do Império não eram auto-suficientes: eram interdependentes.

Crescentes restrições à liberdade de comércio através de tabelamento de preços e da estatização da distribuição de alimentos terminariam por desorganizar a produção e por gerar a escassez. A *débâcle* final viria no século 4, quando a degradação da moeda provocou um gradativo retorno à economia de trocas. Quando os bárbaros chegaram, já não encontraram resistência. A estrutura econômica de então, altamente desenvolvida para a época, submergiu na Idade Média.

No período feudal, houve uma substancial diminuição da divisão do trabalho; o comércio inter-regional desapareceu; a produção passou a ser autárquica, cada feudo produzindo para as suas necessidades de sobrevivência. Além da produção agrícola, apenas a produção artesanal de alguns artigos e utensílios. Por deter o comando sobre a terra — que era, nessa época, o fator de produção mais importante —, o senhor feudal reinava sobre os habitantes do seu feudo; sua vontade era lei; de seus favores dependiam a felicidade e a riqueza dos seus vassalos; pobre daquele que lhe caísse em desgraça.

As monarquias absolutas e seu regime econômico, o mercantilismo, foram uma decorrência natural do feudalismo. Naquele regime, o rei, como senhor de um grande feudo, dispunha de poderes para estabelecer impostos, confiscar a propriedade (e até mesmo a vida) de seus inimigos, bem como

para conceder privilégios aos seus amigos e servidores, fosse pela concessão de terras (feudos), fosse pela concessão das licenças necessárias ao funcionamento de qualquer atividade industrial ou comercial.

O feudalismo e o mercantilismo foram varridos da Europa pelo liberalismo, que culminou no século 19

*“Os desastinos cometidos
são de tal ordem
que é difícil
imaginar
uma solução
que não passe
pela hiperinflação
ou pelo calote.”*

com a abolição dos privilégios e das castas e com o estabelecimento de uma ampla liberdade, não só política mas também econômica, ou seja, uma ampla liberdade de entrada no mercado. Em consequência, a população expandiu-se a níveis surpreendentes e a produção e o conforto aumentaram de maneira até então inimaginável.

O regime vigente hoje em nosso país poderia ser denominado de feudalismo moderno. Não mais o feudalismo da terra, que há muito deixou de ser o principal fator de produção. Os feudos modernos são os diversos

setores da produção que dependem dos privilégios concedidos pelo Estado. São os feudos da reserva de mercado da informática, da indústria protegida por tarifas absurdamente altas, dos ganhadores de concorrências fraudulentas, dos que recebem subsídios, dos que se beneficiam nas transações com o IAA, o IBC, a Embrafilme etc., dos monopólios do câmbio, do petróleo, da energia elétrica, das comunicações...

A ânsia por privilégios faz com que diversos grupos — verdadeiras castas — pressionem cada vez mais, a fim de que o rei lhes conceda maiores vantagens: os inquilinos pedem o congelamento dos aluguéis; os mutuários do BNH pedem a redução de suas prestações; algumas categorias sociais conseguem aposentadorias precoces, outras, estabilidade no emprego; os aposentados querem pensões maiores do que as suas contribuições; funcionários públicos querem ser remunerados independentemente do que produzem; os professores querem salários maiores e os pais de alunos querem mensalidades menores; leis ou portarias são promulgadas com o propósito específico de favorecer determinados grupos sociais...

Para atender (ainda que parcialmente) a esses reclamos — no mais das vezes feitos sem qualquer justificativa econômica — o governo já gastou os recursos do Fundo de Garantia; já gastou os recursos depositados na caderneta de poupança; já

gastou a contribuição dos trabalhadores ao INPS (que, se adequadamente investida, representaria hoje um fundo superior a 100 bilhões de dólares). Os desastinos cometidos são de tal ordem que é difícil imaginar uma solução que não passe pela hiperinflação ou pelo calote.

Face à exaustão dos recursos, a disputa por privilégios assume contornos de um “feudalismo selvagem” (apud Ipojuca Pontes) em que os diversos grupos recorrem a passeatas, à obstrução do trânsito, à paralisação de serviços essenciais, à invasão de propriedades, a todas as formas de corrupção, com o propósito de obter novas vantagens ou manter as já conquistadas. Até quando? Até o dia em que o liberalismo, aqui como lá, hoje como ontem, possa abolir os privilégios, reduzir drasticamente o tamanho do Estado e substituir o feudalismo vigente em nosso país pela economia de mercado. Até o dia em que o capitalismo competitivo (que alguns chamam de selvagem) venha a substituir o capitalismo cartorial existente em nossa economia. Quando isso ocorrer, teremos mais investimentos, mais empregos, maiores salários, produtos melhores e mais baratos. E cada um terá, na medida de sua contribuição à sociedade e não na medida dos favores que consiga obter junto ao Estado, nosso grande senhor feudal.